

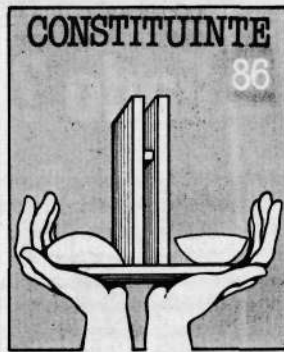
Governo tará nova mensagem sobre a Constituinte

Planalto esqueceu de incluir no texto pedido de prioridade na tramitação. Há mais falhas

Uma nova mensagem sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte será enviada ao Congresso pelo Palácio do Planalto nos próximos dias, para corrigir uma falha da primeira, enviada na última sexta-feira: a nova mensagem vai pedir ao Congresso prioridade na tramitação da emenda que convoca a Assembleia.

A falha foi descoberta no próprio Congresso, pela Secretaria Geral da Câmara, que explicou ao Planalto a necessidade da prioridade: sem ela, a mensagem de Sarney convocando a Constituinte começaria a tramitar no Congresso apenas no final deste ano, pois existem outras 69 propostas de emendas constitucionais à sua frente.

Outra falha detectada na primeira mensagem pode ser corrigida pelos próprios parlamentares: a data da instalação da Assembleia. Segundo a mensagem, a instalação seria em 31 de janeiro de 1987, mas, nesse dia, ainda estarão no



goso de seus mandatos os atuais parlamentares — o que provocaria, por um dia, a existência de dois Congressos simultâneos. Por isso, a Assembleia deve instalar-se em 1º de fevereiro, um dia depois do previsto.

MAIS MUDANÇAS

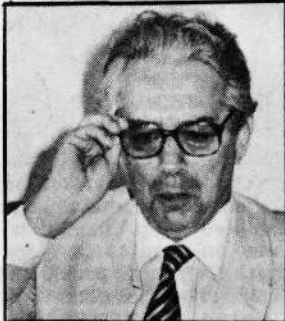
Está sendo discutida, também, a conveniência de se entregar a presidência da Constituinte, para o presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Isto porque será quase inevitável recurso ao Supremo Tribunal

Federal contra a participação dos senadores eleitos em 82 e, portanto, seria incoerente entregar a presidência da Constituinte ao STF.

O próprio Governo reconheceu esta falha no projeto e chegou a cogitar em propor a presidência para o TSE. Contudo, não pôde fazê-lo. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, já havia convidado o presidente do STF para presidir a Constituinte, como revelou o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP).

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) confirmou ontem que tem duas emendas prontas. A primeira determina eleição do vice-presidente da República, em pleito direto, no dia 15 de novembro 86. A segunda estabelece que os constituintes serão eleitos independentemente de partidos, de acordo com sua votação individual. Ele considera o quadro partidário muito esfacelado e acha que este sistema, votação nominal, dará mais liberdade aos constituintes.

ARQUIVO



Lourenço nega ruptura

Para Lourenço, PFL é Governo

“O PFL é Governo e apóia o Governo”. A garantia é do líder do partido da Câmara, deputado José Lourenço, que, ao contrário do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, acha que o papel do seu partido não se restringe apenas ao apoio ao Governo. “Se nós temos ministros no Governo, nós somos Governo”, afirmou Lourenço, justificando a postura do seu partido em relação ao poder.

Apesar dessas diferenças entre os dois partidos, José Lourenço ressaltou que não há possibilidade de ruptura na Aliança Democrática. Segundo ele, nem mesmo a disputa das eleições, para as prefeituras das capitais não provocará abalos na estrutura da Aliança Democrática.

— Não vejo — salientou — sinal de ruptura. Há 25 anos era muito comum esse tipo de coligação, mas hoje estamos des acostumados. O PTB e o PSD eram coligados a nível nacional, mas nos municípios e nos Estados a coligação dependia das peculiaridades regionais.

Rossetti critica tese de Ulysses

“Esta é a observação mais grave que já ouvi durante a Nova República”. A afirmação é do líder do PDT na Câmara, deputado Nadyr Rossetti, ao comentar as declarações do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de que a Constituinte deverá respeitar o direito de propriedade. “A Constituinte não pode comportar ‘esbulhação’”, acrescentou.

— O deputado Ulysses Guimarães tem todo o direito de externar uma opinião própria, mas não pode querer limitar uma Constituinte que, segundo consta da proposta de emenda de ato convocatório enviada ao Congresso Nacional pelo Governo, será soberana”, frisou o líder.

ENTULHO

Rossetti entende que a declaração de Ulysses deixa entrever uma clara disposição de setores governamentais de não permitir a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana para elaborar uma nova Carta Constitucional.

Um dos indícios de que a previsão do PDT deverá se confirmar, segundo o líder, é o fato de o Governo não ter tomado ainda a iniciativa de remover o “restante do entulho autoritário” — leis de Segurança Nacional, de Imprensa e de Greve. Rossetti ponderou que estas leis aliadas à legislação partidária — “que na realidade não restringe o uso do poder econômico” — dão ao Governo a possibilidade de limitar a ação da Constituinte ou até mesmo de sepultar a tese.

O deputado balano El-quisson Soares, recém-saído do PMDB e em vias de entrar para o PDT, ao falar sobre as declarações de Ulysses, observou que “como o presidente do PMDB e da Câmara é um homem de reconhecida cultura, só pode ter dito tais besteiras por distração ou por pilhéria”.

Líder do PTB denuncia complô

“Parece que há um complô de alguns setores da Aliança Democrática para boicotar a Assembleia Nacional Constituinte”. A denúncia foi feita ontem pelo líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, ao criticar as declarações do presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, no sentido de limitar a atuação da Constituinte.

Na opinião do parlamentar, as declarações de Ulysses são parte dessa estratégia, na medida em que, ao pretender limitar a ação da Constituinte, retirando da população a sua autodeterminação, “cria caso e serve como mais um pretexto para que o Governo retroceda na sua suposta disposição de instalar uma Constituinte soberana”.

MANOBRAS

Outra “manobra” da

Aliança Democrática, no sentido de liquidar com a tese da Constituinte, para Righi, é a própria emenda governamental convocando a Assembleia. “Mal elaborada e cheia de erros, a emenda do Governo parece conter o germe da sua própria negação”, ponderou.

Para exemplificar, o líder petebista citou o artigo da emenda governamental que determina a instalação do Congresso com poderes constituintes em 31 de janeiro de 87. De acordo com a Constituição vigente, o mandato dos parlamentares eleitos em 82 termina à meia-noite de 31 de janeiro. “Aí está mais um complicador. Com um Congresso eleito e outro que ainda detém seu mandato, qual dos dois será o Congresso Constituinte?”, perguntou.

Da mesma forma, a inclusão do Poder Judiciário

na presidência da instalação da Constituinte é vista por Gastone Righi como mais uma manobra com vistas a “tumultuar”. Segundo ele, o Governo, nesta questão específica, pretende jogar o Legislativo contra o Judiciário, “emperando mais ainda os entendimentos em torno da Constituinte”.

— O presidente do Supremo Tribunal Federal não pertence ao Legislativo e a sua figura deve ser preservada, inclusive para poder dirimir quaisquer dúvidas que possam ocorrer na própria instalação da Constituinte, frisou.

Conforme ressaltou Righi, “todas essas manobras têm somente o objetivo de frustrar a Constituinte ou de forçar os setores e forças políticas envolvidos diretamente, a aceitar uma negociação para a limitação da Constituinte”.

Para Itamar, houve precipitação

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) acha que o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o ministro Aureliano Chaves precipitaram-se nas afirmações, divulgadas ontem, de que a futura Assembleia Nacional Constituinte terá limites de atuação, como os que impediram modificar o conceito tradicional do direito de propriedade.

— A Constituinte será livre e soberana e, por certo, representativa da sociedade brasileira. Hoje, porém, é imprevisível saber qual o caminho desejado pelos brasileiros. O eleitorado, a 15 de novembro do próximo ano, vai julgar esse curto período do Governo Sarney, ou pode também se deixar influenciar pela imagem negativa do Congresso ou por muitos outros fatores. Pode até mesmo querer votar contra os políticos tradicionais. O desfecho é imprevisível. Não se pode assegurar, desde já, portanto, que o Constituinte respeitará o direito de propriedade como hoje é definido — disse Itamar.

ELEIÇÃO DE VICE

Itamar Franco considera de absoluta necessidade política — e nesse sentido apóia emenda constitucional que se programa para agosto próximo — a eleição em dois turnos, juntamente com o pleito geral de novembro de 1986, de um vice-presidente da República com mandato da mesma duração que o fixado para Sarney.

— “Esse vice-presidente — continuou — seria o instrumento para canalizar a opinião pública às vertentes da sua preferência. Liderando uma chapa de candidatos à Constituinte, o vice-presidente, representativo de determinada corrente filosófica e doutrinária — esquerda, direita ou centro —, seria o próprio balizamento aferidor das tendências populares. Nesse contexto estaria, entre outras definições, o direito à propriedade, que teria sido defendido, ou não, pelo candidato a vice”.

CONSTITUINTES REAGIAM

Na opinião do parlamentar mineiro, deseja-se eliciar a próxima Constituinte, impondo-lhe freios e limites, através de comissões pré-constituintes. “O trabalho dessas comissões — explicou — será inteiramente inútil, pois os constituintes de 1987 poderão não aceitar colaboração nenhuma de ninguém. Tenho para mim que os constituintes não aceitarão limitação aos seus poderes livres e soberanos”.

Acredita Itamar Franco que o primeiro problema a ser levantado na Assem-

ARQUIVO



Itamar: E muito cedo para traçar diretrizes

bléia Constituinte será o relativo à participação dos 23 senadores eleitos em 1982, cujos mandatos ultrapassam o período da elaboração da futura Constituição (entre os quais se inclui o próprio Itamar). A Assembleia, no seu entendimento, poderá afastá-los do trabalho constituinte, embora os preserve para a legislação comum (que será simultânea com a Constituinte, já que Câmara e Senado continuarão funcionando normalmente, em horários diferentes).

HUMBERTO LUCENA

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena — ao contrário do seu líder, Itamar Franco —, apóia inteiramente as opiniões de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves de que a Constituinte não poderá alterar valores tradicionais da sociedade brasileira, entre os quais se inclui o direito à propriedade. “Ninguém poder ter dúvidas — assegura Lucena — de que a tendência do povo brasileiro é pelo sistema capitalista e de absoluto respeito ao direito de propriedade”.

Lucena acredita que a opção pelo sistema econômico de livre mercado está impregnado na preferência da sociedade brasileira. Acha que a futura Constituição será seguramente mais progressista que a de 1946, que foi conservadora, e pensa que da mesma advirão interpretações e controles mais rigorosos sobre o objetivo social da propriedade. Quanto à pers-

pectiva de um socialismo democrático, como o defendido pelo senador Roberto Saturnino (controle estatal sobre setores como os de transportes, comunicações, crédito, etc.), entende Humberto Lucena que ainda com a próxima Constituinte não terá desdobramentos, pois não é esta a opção doutrinária da Nação. “A extinção da propriedade — concluiu — jamais ocorrerá entre nós, pois tal tese contraria toda a nossa tradição cristã”.

PIMENTA

O deputado Pimenta da Velga, líder do PMDB, dá inteira aprovação à idéia lançada ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, no sentido de se entregar a legislação comum — no período dos trabalhos constituintes — a uma grande comissão, formada por 40 ou 50 deputados e senadores.

Concretizando-se a hipótese, a Câmara e o Senado seriam poupados das suas sessões de rotina.

— Em tempo de Constituintes —, só se justifica o debate de projetos muito importantes da legislação comum.

Entende o líder do PMDB que, com a experiência dessa grande comissão mista especial, talvez se adote o sistema para sempre, restringindo-se no futuro o trabalho praticamente ocioso dos plenários vazios. Em outros parâmetros do mundo, segundo Pimenta, tal sistema já é adotado com êxito.